

COMPREENDER
AS POLÍTICAS
DA UNIÃO
EUROPEIA

Comissão
Europeia

Ação climática

Construir um
mundo que nos
agrada com
um clima de
que gostamos

Uma economia com baixas emissões
de carbono fomenta o crescimento
económico e cria emprego





COMPREENDER AS POLÍTICAS DA UNIÃO EUROPEIA

A presente publicação faz parte de uma coleção que descreve a ação da União Europeia em vários domínios, as razões da sua intervenção e os resultados obtidos.

A coleção está disponível em linha:
http://europa.eu/pol/index_pt.htm
<http://europa.eu/!JF89wH>

Como funciona a União Europeia
A Europa em 12 lições
«Europa 2020»: a estratégia europeia de crescimento
Os pais fundadores da União Europeia

Ação climática ✕

Agenda digital
Agricultura
Ajuda humanitária e proteção civil
Alargamento
Alfândegas
Ambiente
Assuntos marítimos e pescas
Bancos e finanças
Comércio
Concorrência
Consumidores
Cooperação internacional e desenvolvimento
Cultura e audiovisual
Educação, formação, juventude e desporto
Emprego e assuntos sociais
Empresas
Energia
Fiscalidade
Fronteiras e segurança
Investigação e inovação
Justiça, direitos fundamentais e igualdade
Luta contra a fraude
Mercado interno
Migração e asilo
Orçamento
Política externa e de segurança
Política regional
Saúde pública
Segurança alimentar
Transportes
União Económica e Monetária e o euro

ÍNDICE

Por que necessitamos de uma política europeia em matéria de ação climática.	3
A abordagem da União Europeia. ...	7
A política europeia em matéria de ação climática.	11
Perspetivas.	15
Mais informações.	16

Compreender as políticas da União Europeia: Ação climática

Comissão Europeia
Direção-Geral da Comunicação
Informação dos cidadãos
1049 Bruxelas
BÉLGICA

Manuscrito atualizado em novembro de 2014

Capa e imagem da página 2:
© iStockphoto/Leonid Spektor

16 p. — 21 × 29,7 cm
ISBN 978-92-79-41356-8
doi:10.2775/86685

Luxemburgo: Serviço das Publicações
da União Europeia, 2014

© União Europeia, 2014
Reprodução autorizada. As fotografias só podem ser utilizadas ou reproduzidas separadamente mediante a autorização prévia dos titulares dos direitos de autor.

Por que precisamos de uma política europeia em matéria de ação climática

O clima da Terra está a mudar. A temperatura média mundial tem vindo a subir devido ao aumento dos gases com efeito de estufa resultantes da atividade humana, que deixam que a energia solar penetre na atmosfera, mas impedem o calor de sair.

A subida da temperatura tem consequências sem precedentes em todo o mundo, causando, nomeadamente, o degelo dos glaciares e o aumento do nível médio das águas do mar e inundações e secas que assolam regiões anteriormente imunes a este tipo de fenómenos. Estas condições meteorológicas anormais têm um impacto cada vez maior no ambiente e na economia, bem como na nossa saúde e vida quotidiana.

Gases com efeito de estufa

Fala-se de «gases com efeito de estufa» porque estes retêm o calor solar na atmosfera da mesma forma que uma estufa conserva o calor no seu interior graças às suas paredes de vidro. Atualmente, a concentração atmosférica de dióxido de carbono (CO_2), o principal gás com efeito de estufa, regista o nível mais elevado dos, pelo menos, últimos 800 000 anos.

O Protocolo de Quioto é um tratado internacional que limita as emissões dos seguintes sete gases com efeito de estufa nos países desenvolvidos:

- dióxido de carbono (CO_2): emitido durante a queima de combustíveis fósseis, de madeira ou de qualquer outra substância que contenha carbono, mas também absorvido pelas plantas;
- metano (CH_4): emissões provenientes de uma série de fontes naturais e de atividades humanas, nomeadamente produção de combustíveis fósseis, pecuária, cultivo do arroz e gestão dos resíduos;
- óxido nitroso (N_2O): emissões provenientes dos fertilizantes, da queima de combustíveis fósseis e da produção química industrial que utiliza o azoto;
- quatro tipos de gases fluorados desenvolvidos especificamente para aplicações industriais: hidrofluorcarbonetos (HFC), perfluorcarbonetos (PFC), hexafluoreto de enxofre (SF_6) e trifluoreto de azoto.

O aquecimento global está na origem da fusão das calotas polares, do aumento do nível do mar e da redução das massas de gelo.



Estão em curso negociações internacionais com vista a um novo acordo mundial, que deverá ser adotado em 2015. A União Europeia quer um novo protocolo ambicioso, abrangente e juridicamente vinculativo que implique todos os agentes.

Algumas consequências das alterações climáticas

- *A subida do nível das águas do mar é uma ameaça para os Estados insulares e as comunidades costeiras que se encontram a baixa altitude.*
- *Fenómenos meteorológicos extremos põem em risco a produção alimentar, em especial nos países em desenvolvimento mais pobres.*
- *As vagas de calor registadas na última década causaram dezenas de milhares de mortes prematuras na Europa.*
- *A escassez de água e de alimentos poderá provocar conflitos regionais, fome e deslocamentos de refugiados.*
- *Algumas espécies vegetais e animais estarão em maior risco de extinção.*
- *Estima-se que o custo da não adaptação às alterações climáticas no conjunto da União Europeia atinja, pelo menos, 100 mil milhões de euros por ano até 2020.*

Se as consequências diretas das alterações climáticas estão bem à mostra, por exemplo, nas imagens que nos chegam de todas as partes do mundo através da televisão, a sobrecarga que representam para os serviços de saúde e as infraestruturas de base, bem como as crescentes tensões, a nível político e da segurança, que resultam da concorrência por recursos naturais limitados, como a água, são menos evidentes. As calotas e os ursos polares não são as únicas vítimas do aquecimento global, que afeta tanto as atuais como as futuras gerações.

Importância da ciência

O debate sobre as alterações climáticas suscita, por vezes, reações emotivas, havendo quem negue o fenómeno e insista em que não há necessidade de alterar as políticas nem os comportamentos para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. Esta linha de argumentação ignora as conclusões da grande maioria dos especialistas do clima: 97% reconhece a existência das alterações climáticas e está de acordo quanto ao facto de na sua origem se encontrarem as atividades humanas que emitem gases com efeito de estufa, como a queima de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás) e a deflorestação. Esta conclusão reflete-se no reconhecimento internacional das avaliações científicas do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC), que reúne os principais especialistas mundiais em climatologia.

Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC)

Criado em 1988 pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente e a Organização Meteorológica Mundial, o PIAC é o principal organismo internacional responsável pela avaliação científica das alterações climáticas e dos seus potenciais impactos ambientais e socioeconómicos. O PIAC baseia as suas avaliações em dezenas de milhares de estudos validados pelos pares, efetuados por cientistas de todo o mundo.

A temperatura média mundial à superfície aumentou cerca de 0,8°C desde 1880, mas a superfície terrestre da Europa aqueceu mais, cerca de 1,4°C. Existem provas científicas que apontam para a ocorrência de alterações irreversíveis e potencialmente catastróficas no ambiente mundial se o aquecimento atingir mais 2°C acima dos níveis pré-industriais (ou cerca de 1,2°C acima dos atuais níveis).

Treze dos 14 anos mais quentes de sempre foram registados neste século. Análises recentes revelam que as medidas tomadas até à data pelos governos de todo o mundo não são suficientes para evitar um aquecimento superior a 3°C até ao final do século, não sendo de excluir eventuais subidas de temperatura de 4°C ou mesmo 6°C.



As fontes de energia renováveis proporcionam benefícios ambientais e económicos.

Há muito que a UE defende a necessidade de limitar o aquecimento global a 2°C, no máximo, imperativo atualmente reconhecido pela comunidade internacional. A UE baseia as suas políticas em dados científicos sólidos e acredita que deve dar o exemplo no que respeita à luta contra as alterações climáticas a nível mundial, pelo que definiu metas vinculativas para os Estados-Membros e lançou iniciativas como o regime de comércio de licenças de emissão (RCLE).

Entre 1990 e 2012, a UE reduziu as suas emissões de gases com efeito de estufa em 19%, enquanto a economia cresceu 45%. Como resultado, no mesmo período, as emissões de gases com efeito de estufa (rácio de intensidade de emissões por unidade de PIB) na UE passaram para quase metade. Esta dissociação, ou seja, a quebra da ligação entre crescimento económico e o aumento das emissões, observou-se em todos os países da UE.

Agir precocemente reforça a economia

Evitar que o aquecimento global ultrapasse o limite de 2°C é tecnologicamente possível e economicamente viável. Quanto mais cedo forem tomadas medidas, mais eficazes e menos dispendiosas serão.

Razão pela qual, não obstante a crise económica e a pressão sobre as finanças públicas, a UE prossegue as suas políticas no domínio da ação climática. As políticas estruturais adotadas no domínio do clima e da energia contribuíram significativamente para a redução das emissões na UE, observada desde 2005. A crise económica contribuiu para menos de metade da redução registada durante o período de 2008-2012.

A tomada de medidas numa fase precoce para desenvolver uma economia hipocarbónica também estimula a inovação na área das tecnologias limpas, como a energia renovável e a eficiência energética, contribuindo para dinamizar o emprego e o crescimento. Esta «economia verde» não só é uma das áreas mais promissoras para a criação de postos de trabalho como reforça a segurança energética da Europa e reduz a nossa fatura de importação ao diminuir a dependência de petróleo e de gás provenientes de países terceiros.

Um impulso para o emprego

Assistiu-se a uma considerável criação de postos de trabalho no setor dos bens e serviços ambientais, muitas vezes denominados «empregos verdes», inclusivamente durante a crise económica. O emprego na UE aumentou de 3 para 4,2 milhões entre 2002 e 2011, e mesmo 20% durante os anos de recessão. Em julho de 2014, a Comissão Europeia apresentou um plano para maximizar as oportunidades de emprego nos setores «verdes».

As alterações climáticas exigem uma resposta internacional

É indispensável que sejam tomadas medidas a nível internacional, uma vez que as alterações climáticas não conhecem fronteiras. A UE teve um papel decisivo na elaboração da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, assinada em 1992, e do Protocolo de Quioto de 1997, que limita as emissões de gases com efeito de estufa dos países desenvolvidos.

No entanto, hoje em dia, mais de metade das emissões mundiais provém de países em desenvolvimento. A comunidade internacional está, pois, a preparar um novo acordo da ONU sobre o clima, que deverá ser adotado em 2015 e entrar em vigor em 2020, o que exigirá uma ação concertada de todos os países.

O papel da Comissão Europeia na luta contra as alterações climáticas inclui:

- a definição e aplicação das políticas e estratégias da União Europeia em matéria de ação climática;
- a representação da União Europeia nas negociações internacionais sobre o clima, juntamente com a Presidência do Conselho da União;
- a aplicação do regime de comércio de licenças de emissão da União Europeia (RCLE-UE);
- o acompanhamento da realização pelos países da União Europeia dos objetivos de redução das emissões em setores não abrangidos pelo regime de comércio de licenças de emissão;
- a promoção da transição para uma economia de baixo teor de carbono baseada em tecnologias limpas;
- a execução da estratégia da União Europeia para a adaptação às alterações climáticas e o apoio às atividades dos Estados-Membros neste domínio;
- a gestão do orçamento da União Europeia, 20% do qual se destina a apoiar a luta contra as alterações climáticas.

A abordagem da União Europeia

A UE tem estado sempre na vanguarda da luta contra as alterações climáticas e incentivado a passagem para uma economia com baixas emissões de carbono. Os seus primeiros esforços nesta área datam de 1990, quando se comprometeu a estabilizar, até 2000, as suas emissões de dióxido de carbono (CO₂) nos níveis registados nesse mesmo ano, objetivo que cumpriu. Desde então, a UE tomou uma série de medidas políticas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, nomeadamente através do programa europeu para as alterações climáticas, lançado em 2000. Além disso, os Estados-Membros têm adotado medidas específicas a nível nacional.

Os dirigentes da UE definiram alguns dos objetivos mais ambiciosos em matéria de clima e energia para 2020, sendo a UE a primeira região do mundo a aprovar legislação vinculativa para assegurar que esses objetivos serão de facto alcançados.

Em outubro de 2014, os líderes da UE reforçaram o seu compromisso de tornar o sistema económico e energético da União Europeia mais competitivo, seguro e sustentável, ao adotarem um quadro de ação relativo ao clima e à energia para 2030.

A longo prazo, a UE estabeleceu objetivos ambiciosos em matéria de emissões a realizar até 2050.



© iStockphoto/Teun van den Dries

As alternativas aos combustíveis fósseis podem ajudar a União Europeia a atingir os seus objetivos em matéria de clima.

A estratégia «Europa 2020»

A luta contra as alterações climáticas é um dos cinco temas principais da estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Os objetivos específicos neste domínio visam assegurar que, até 2020, se registará uma diminuição 20% das emissões de gases com efeito de estufa na UE, que a vigésima parte da energia produzida a partir de fontes de energia renováveis aumentará para 20% e que a eficiência energética será melhorada em 20%.

Em junho de 2009, entrou em vigor um pacote de medidas legislativas vinculativas relativas ao clima e à energia.

Esse pacote legislativo estabelece metas nacionais obrigatórias para as energias renováveis que refletem as diferenças dos Estados-Membros em termos de situações de partida e de potencial para aumentar a produção de energias renováveis, bem como no que se refere às emissões dos setores não abrangidos pelo regime de comércio de emissões da União Europeia.

As metas nacionais em matéria de energias renováveis para 2020 variam entre 10% para Malta, cujo setor das energias renováveis está muito pouco desenvolvido, e 49% para a Suécia, que dispõe de um setor de ponta assente na bioenergia e na energia hídrica. Se as diversas metas nacionais forem cumpridas, a UE atingirá no seu conjunto o objetivo de 20%, conseguindo assim um aumento substancial da percentagem das energias renováveis no consumo de energia que era, em média, de 12,5%, em 2010,

Em 2012, foi adotada legislação que estabelece metas nacionais não vinculativas tendo em vista assegurar uma melhor eficiência energética.

Evitar e adaptar-se às alterações climáticas

Atenuar significa reduzir ou limitar as emissões de gases com efeito de estufa.

Adaptar significa tomar medidas para reforçar a capacidade de resistência da sociedade às alterações climáticas e reduzir ao máximo os seus efeitos negativos.

Quadro para 2030

É necessário um quadro integrado para as políticas climáticas e energéticas para o período compreendido entre 2020 e 2030, a fim de assegurar aos investidores a certeza regulamentar e uma abordagem coordenada entre os Estados-Membros.

O quadro adotado pelos líderes da UE em outubro de 2014, impulsionará o progresso contínuo para uma economia hipocarbónica e servirá para confirmar a ambição da UE nas negociações internacionais sobre o clima. Pretende-se criar um sistema energético que garanta energia a preços abordáveis para todos os consumidores, aumente a segurança do aprovisionamento energético da UE, reduza a nossa dependência das importações de energia, reduza as emissões de gases com efeito de estufa e crie novas oportunidades de crescimento e emprego verdes.

Um elemento central deste quadro é o objetivo obrigatório de redução das emissões de gases com efeito de estufa na UE até 2030 em, pelo menos, 40% abaixo do nível de 1990. Confirma-se que o bom funcionamento do regime de comércio de licenças de emissões da UE é o principal instrumento para alcançar este objetivo.

As energias renováveis são essenciais na transição para um sistema energético competitivo, seguro e sustentável. Os responsáveis da UE definiram o objetivo de aumentar a quota das energias renováveis para, pelo menos, 27% do consumo de energia na UE até 2030.

Por último, a eficiência energética é uma componente essencial do quadro para 2030. Os dirigentes da UE aprovaram um objetivo indicativo de poupança de energia de 27% para 2030. Este objetivo, que tem de ser concretizado em moldes economicamente eficientes e que respeitem plenamente a eficácia do RCLE da UE, contribuindo para os objetivos ambientais globais, será revisto em 2020, tendo em mira a meta dos 30%.

Objetivos para 2050

Com vista a contribuir para manter o aquecimento global abaixo dos 2°C, e partindo do princípio que os outros países desenvolvidos tomarão medidas semelhantes, a União Europeia comprometeu-se a reduzir as suas emissões em 80%-95% , até 2050,

relativamente aos níveis registados em 1990.

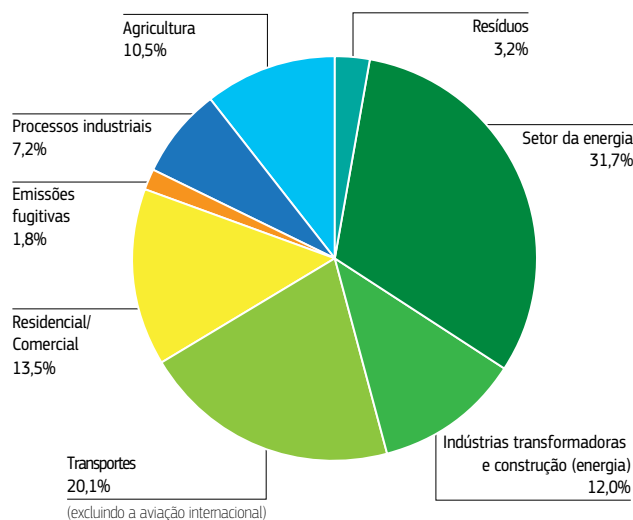
Para o efeito, deverá transformar-se numa economia com baixas emissões de carbono.

Em 2011, a Comissão publicou um «roteiro» sobre como atingir até 2050, com o mínimo de custos possível e mantendo-se competitiva, os objetivos em termos de redução das emissões de carbono. O roteiro define metas para medir os progressos alcançados e ilustra como os diversos setores, que vão desde a produção de energia elétrica à agricultura, podem contribuir para a realização do referido objetivo. Até 2050, quase 100% da energia elétrica deverá ser produzida a partir de fontes que não emitam carbono. A UE deverá diminuir em cerca de 30% o seu consumo energético, reforçando a sua eficiência energética. Um maior recurso a energia produzida localmente reduzirá a dependência das importações, devendo a transição para uma economia de baixo teor de carbono implicar igualmente uma redução da poluição atmosférica e dos respetivos custos para a saúde.

Adaptação

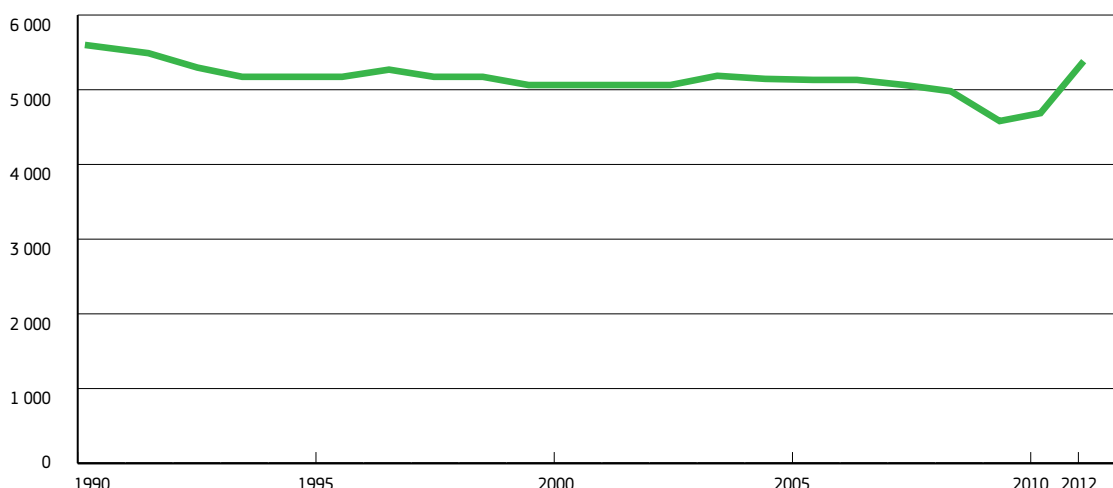
O impacto das alterações climáticas já se faz sentir. Mesmo reduzindo drasticamente as emissões de gases com efeito de estufa, o aquecimento da Terra perduraria durante décadas e os seus impactos far-se-iam sentir ao longo de séculos, devido ao efeito retardado das emissões do passado. Como tal, a adaptação e a atenuação das alterações climáticas são aspetos complementares.

DE ONDE VÊM OS GASES COM EFEITO DE ESTUFA?



Total das emissões de gases com efeito de estufa por setor nos 28 países da União Europeia em 2012

A UNIÃO EUROPEIA REDUZ AS EMISSÕES



Total de emissões de gases com efeito de estufa nos 28 países da União Europeia, com exceção de LULUCF (milhões de toneladas)

A Comissão Europeia desenvolveu uma estratégia de adaptação da UE cujo objetivo é reforçar a capacidade de resistência da Europa ao impacto das alterações climáticas. Adaptar significa antecipar os efeitos negativos das alterações climáticas e tomar medidas adequadas para impedir ou minimizar os danos que estas podem causar ou tirar partido das oportunidades que possam surgir. Foi demonstrado que uma intervenção oportuna e bem programada permite, mais tarde, poupar dinheiro e vidas humanas.

Uma vez que na Europa a gravidade e a natureza das consequências das alterações climáticas varia de região para região, a maior parte das medidas de adaptação será tomada a nível regional ou local. Em complemento dessas atividades, a estratégia europeia inclui vários elementos para apoiar os Estados-Membros na adaptação: proporcionar orientação e financiamento, incentivar a produção de conhecimentos e a partilha de informações e assegurar que as considerações em matéria de adaptação são contempladas em todas as políticas relevantes da União Europeia.

A Plataforma Europeia para a Adaptação Climática (<http://climate-adapt.eea.europa.eu>), lançada em 2012, presta apoio à execução de medidas de adaptação na Europa. Em 2014, no âmbito do Pacto de Autarcas, a Comissão Europeia lançou a iniciativa Mayors Adapt para implicar as cidades na tomada de medidas em matéria de adaptação às alterações climáticas. A iniciativa prevê apoio à adaptação, ligação em rede e a sensibilização do público a nível local, nos casos em que as consequências das alterações climáticas serão mais prementes.

Contributo da Europa para as emissões mundiais

A União Europeia é responsável por cerca de 10% das emissões mundiais de gases com efeito de estufa. Cerca de 80% das emissões europeias provêm da produção e do consumo de energia, nomeadamente do setor dos transportes.

A ação internacional

As emissões de gases com efeito de estufa continuam a aumentar de ano para ano no mundo inteiro. Trata-se de um desafio à escala mundial que exige uma resposta a nível mundial. Nas negociações internacionais sobre as alterações climáticas, a União Europeia fala a uma só voz. A Comissão e o país que detém a Presidência semestral rotativa do Conselho da UE negociam em nome da União Europeia.

A Convenção-Quadro das Nações Unidas relativa às Alterações Climáticas (CQNUAC), aprovada em 1992, foi o primeiro grande acordo internacional para lutar contra as alterações climáticas. Ratificada por 196 países, entre os quais todos os Estados-Membros da UE, além da própria União enquanto entidade à parte, estabeleceu um quadro que permite aos países colaborarem entre si para impedir interferências perigosas da atividade humana no sistema climático mundial.

Em 1997, a Convenção foi complementada pelo Protocolo de Quioto, o tratado internacional que obriga os países industrializados a reduzirem as emissões de gases com efeito de estufa, entrado em vigor

em 2005 e que constitui um primeiro passo para inverter a tendência mundial de aumento das emissões.

Novo impulso internacional

Apesar da grande antecipação, a ronda de negociações lançada em 2007 não permitiu que se alcançasse, em 2009, um novo acordo global das Nações Unidas sobre o clima, em Copenhaga. No entanto, cerca de 100 países, incluindo os países da UE, comprometeram-se a reduzir ou a limitar as suas emissões até 2020. Por iniciativa da UE e dos países em desenvolvimento mais vulneráveis, a Conferência das Nações Unidas sobre o clima de 2011 decidiu lançar uma nova ronda de negociações, com o objetivo de chegar a acordo quanto a um tratado internacional sobre as alterações climáticas que requeira a adoção de medidas tanto pelos países desenvolvidos como pelos países em desenvolvimento. O novo acordo deverá ser adotado em 2015, em Paris, e entrar em vigor em 2020.

No período que antecedeu Paris, surgiram áreas de convergência entre vários países desenvolvidos e em desenvolvimento, concordando na necessidade de rever a aplicação do princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas e das respetivas capacidades (CBDR-RC). A divisão entre países que são obrigados a agir a nível da redução de gases com efeito de estufa e os que não têm quaisquer obrigações a este respeito, já não pode basear-se em níveis de rendimento estabelecidos à data da Conferência do Rio de 1992.

No primeiro trimestre de 2015, todos os países em condições de o fazer, devem comunicar a contribuição para a redução dos gases com efeito de estufa que estão dispostos a assumir no contexto do novo acordo sobre o clima. Tal permitirá uma avaliação

transparente da adequação da ação individual e coletiva relativamente ao objetivo de manter o aquecimento global abaixo dos 2°C.

Quanto à contribuição da União Europeia, o objetivo de redução das emissões internas em 40%, aprovado pelo Conselho Europeu, confirma a liderança da UE na luta internacional contra as alterações climáticas, mas representa também um convite a todas as outras grandes economias para demonstrarem a sua responsabilidade, apresentando os seus objetivos muito antes da reunião de Paris.

Paralelamente ao estabelecimento de um novo acordo de âmbito planetário, a comunidade internacional debate atualmente a possibilidade de serem tomadas, à escala mundial, e até 2020, medidas mais ambiciosas contra as alterações climáticas. Tal reflete o reconhecimento de que os compromissos assumidos até à data estão muito aquém do necessário para que a redução das emissões mundiais entre numa trajetória que mantenha o aquecimento global abaixo dos 2°C. Segundo estudos científicos, para que esse limite seja mantido, o nível máximo das emissões mundiais não pode ultrapassar 2020, passar para, pelo menos, metade dos níveis de 1990 até 2050 e continuar a diminuir depois dessa data.

Estas conversações envolvem os líderes políticos ao mais alto nível. Na cimeira sobre as alterações climáticas organizada pelo secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, em setembro de 2014, cerca de 120 líderes mundiais manifestaram a sua vontade de envidarem os esforços necessários e urgentes à escala mundial. As empresas e a sociedade civil em geral estavam amplamente representadas e a chamada Marcha dos Povos contra as Alterações Climáticas viu desfilar cerca de 500 000 pessoas, em março, nas ruas de Nova Iorque.



O regime de comércio de licenças de emissões da União Europeia é um instrumento essencial para a redução eficaz, nomeadamente em termos de custos, dos gases com efeito de estufa.

A política europeia em matéria de ação climática

A UE adotou uma série de medidas para reduzir as emissões, promover as energias limpas e a eficiência energética e estimular a transição da Europa para uma economia com baixas emissões de carbono. O seu principal instrumento é o regime de comércio de licenças de emissão da UE (RCLE-UE), que criou o maior mercado do carbono do mundo. A UE foi pioneira no comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, cujo modelo está agora a ser reproduzido noutros países. Ao atribuir um preço às emissões de carbono, o RCLE-UE contribuiu para sensibilizar as empresas para as consequências das alterações climáticas.

Regime de comércio de licenças de emissão da UE (RCLE-UE)

Lançado em 2005, o RCLE-UE é a pedra angular da estratégia da UE para lutar contra as alterações climáticas. O regime abrange cerca de 45% das emissões de mais de 12 000 instalações de produção de energia elétrica e de outros setores com uma utilização intensiva de energia na UE, Islândia, Listenstaine e Noruega.

A ideia de base é simples. É estabelecido um limite máximo para o volume global das emissões das instalações abrangidas, como é o caso, por exemplo, das centrais elétricas. Dentro desse limite, as instalações recebem e compram licenças que lhes permitem emitir anualmente uma certa tonelagem de gases com efeito de estufa. As que emitem menos podem vender as licenças excedentárias. As instalações que preveem emitir mais do que permitem as licenças de que dispõem podem investir em medidas e tecnologias para reduzir as suas emissões ou adquirir no mercado licenças adicionais que cubram total ou parcialmente as emissões excedentárias. Esta possibilidade de negociar, no âmbito de um limite máximo global de emissões, permite uma certa flexibilidade, garantindo que a redução das emissões ocorre onde é a opção menos dispendiosa e que os investimentos são orientados para onde permitam uma maior diminuição de emissões.

Inicialmente, muitas destas licenças foram concedidas gratuitamente às instalações abrangidas pelo regime, mas, desde o início de 2013, algumas empresas têm de comprar todas as suas licenças em leilão, enquanto outras têm de comprar uma percentagem que aumenta anualmente. O limite máximo global de emissões tem vindo a ser gradualmente reduzido. Assim, em 2020, o total das emissões na UE será inferior em 21% ao de 2005.

Estão a ser implantados sistemas de limitação e comércio de emissões, semelhantes ao RCLE-UE noutras partes do mundo. A Austrália, a Nova Zelândia, a China, o Japão, a Coreia, a Suíça e partes dos Estados Unidos e do Canadá dispõem já deste tipo de sistemas ou preveem a sua introdução em breve.

A UE pretende que o desenvolvimento do mercado internacional do carbono se faça através da criação de uma rede de regimes de comércio de emissões compatíveis entre si.

Emissões provenientes dos transportes aéreos

As emissões no setor da aviação estão em rápido crescimento. Prevê-se que as emissões da aviação internacional a nível mundial sejam 70% mais elevadas em 2020 do que em 2005, podendo continuar a aumentar mais 300%-700% até 2050.

Desde 2012, todos os voos entre aeroportos da UE passaram a ser abrangidos pelo regime de comércio das licenças de emissão. A fim de que a agência da ONU para a aviação civil tenha mais tempo para instituir um regime mundial de gestão das emissões do setor da aviação, a UE ainda não introduziu o RCLE-UE nos voos internacionais com destino aos aeroportos da União Europeia ou dela provenientes.

Aumento das emissões do setor dos transportes

As emissões geradas por uma pessoa que faz um voo de ida e volta entre Londres e Nova Iorque são aproximadamente equivalentes às geradas por um cidadão europeu médio para aquecer a sua casa durante um ano inteiro.

Apoiar as tecnologias inovadoras

A UE criou um dos programas mais vastos do mundo para apoiar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras com baixas emissões de carbono.

O programa NER300, que é financiado com as receitas da venda de 300 milhões de licenças RCLE-UE, promove tecnologias inovadoras no setor das energias renováveis, bem como tecnologias de captação e armazenamento de carbono provenientes de instalações industriais.

Na sequência de dois convites à apresentação de propostas, em 2012 e 2014, o programa NER300 financiará 38 projetos inovadores em matéria de fontes de energia renováveis (FER) e captura e armazenamento de carbono (CAC), a executar em 20 países da UE.

O financiamento total NER300 atingirá 2,1 mil milhões de euros, o que permitirá mobilizar cerca de 2,8 mil milhões de euros de investimentos privados. Os projetos no domínio das energias renováveis permitirão aumentar em cerca de 18 TWh a produção anual de energia da UE proveniente destas fontes. Juntamente com as emissões capturadas pelos projetos CAC, tal corresponderá à retirada de mais de três milhões de veículos das estradas europeias.

Gerir as emissões não cobertas pelo RCLE-UE

Cerca de 55% das emissões da UE não estão abrangidas pelo RCLE-UE. Os setores em causa incluem os transportes, os edifícios, a agricultura e os resíduos. Para colmatar esta lacuna, os Estados-Membros assinaram um «acordo de partilha de encargos», que estabelece objetivos vinculativos nacionais para as emissões não abrangidas pelo RCLE-UE até 2020 inclusive.

Esses objetivos vão desde a redução das emissões em 20% até 2020 para os países mais ricos da UE a um aumento das emissões de 20% para os mais pobres. As emissões dos setores não abrangidos pelo RCLE-UE deverão assim registar uma redução de 10% até 2020, relativamente aos níveis de 2005.

Transportes rodoviários

O roteiro de transição para uma economia hipocarbónica competitiva em 2050 e o Livro Branco dos Transportes da Comissão indicam que, até 2050, o conjunto do setor dos transportes deve reduzir as suas emissões de CO₂ em cerca de 60% relativamente ao nível de 1990. Até 2030, para cumprir os objetivos do quadro político para o clima, que tem como horizonte esse ano, o setor dos



Os transportes são uma das principais fontes de emissões de gases com efeito de estufa.

transportes deverá reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em cerca de 20% relativamente ao nível de 2008.

Os automóveis de passageiros e os veículos comerciais ligeiros são responsáveis por cerca de 15% das emissões de CO₂ da UE, pelo que a respetiva redução representa um contributo significativo para combater as alterações climáticas. A legislação europeia impõe limites claros para as emissões que os fabricantes devem respeitar. Em 2007, os automóveis novos de passageiros emitiram, em média, 159 g de CO₂ por quilómetro. A partir de 2015, o limite será de 130 g/km (o que representa uma redução de 18%) e, a partir de 2020, de 95 g/km (o que representa uma nova redução de 40%). Relativamente aos veículos comerciais ligeiros novos, as emissões médias por km devem descer para 175 g até 2017 (o que representa uma redução de 14% em relação ao nível de 203 g/km registado em 2007) e para 147 g em 2020 (um corte suplementar de 28%).

Esta política já está a dar os seus frutos. Os carros novos vendidos em 2013 registaram uma média de emissões de CO₂ de 127 g por km, o que significa que o objetivo de 130 g/km fixado para 2015 foi cumprido com dois anos de antecedência.

Os veículos pesados de mercadorias e passageiros produzem cerca de 5% das emissões de CO₂ da UE. Em maio de 2014, a Comissão Europeia adotou uma estratégia para procurar resolver o problema das emissões de CO₂ destes veículos pesados e propôs, como primeira medida, introduzir legislação sobre a certificação das emissões de CO₂ dos veículos pesados.

A inovação tecnológica pode facilitar a transição para um sistema europeu de transportes mais eficiente e sustentável, melhorando a prestação dos combustíveis através do desenvolvimento de novos motores, materiais e modelos.

Para ajudar os condutores a escolher veículos novos que oferecem maior economia de combustível, a legislação europeia exige que os Estados-Membros garantam que os clientes recebem todas as informações relevantes, nomeadamente um rótulo que indique o consumo de combustível e as emissões de CO₂ que produz.

A qualidade do combustível é também um importante elemento a ter em conta na redução das emissões de gases com efeito de estufa no setor dos transportes. Para os combustíveis utilizados nos veículos a motor, a UE exige que a «intensidade de gases com efeito de estufa», isto é, a quantidade de gás emitida ao longo do ciclo de vida dos combustíveis (desde a extração até à distribuição), deve ser reduzida em 10% até 2020. Também foram propostas medidas para reduzir



© iStockphoto/Mick158

Os esforços para tornar as casas mais eficientes do ponto de vista energético contribuem para poupar dinheiro e ajudar o ambiente.

o impacto da produção de biocombustíveis no clima, limitando a superfície total das terras agrícolas e florestais que poderão ser utilizadas para esse fim.

As emissões dos transportes rodoviários continuam a aumentar

As emissões de gases com efeito de estufa provenientes dos transportes rodoviários aumentaram 29% entre 1990 e 2007, mas baixaram 9% entre 2007 e 2012, na sequência da crise económica, dos elevados preços do petróleo, do aumento da eficiência dos veículos automóveis e de um crescimento mais lento da mobilidade. Os transportes rodoviários são responsáveis por cerca de um quinto das emissões totais de dióxido de carbono (CO₂) na UE.

Eficiência energética

Para ajudar a cumprir o objetivo que se propôs para 2020, a UE adotou legislação em 2012 para promover a eficiência em todas as fases da cadeia energética, desde a transformação até à distribuição e consumo final. Cada Estado-Membro deve criar regimes nacionais obrigatórios de eficiência energética e adotar medidas destinadas a melhorar o consumo energético das famílias, da indústria e dos transportes. Além disso, os consumidores terão o direito de saber a quantidade de energia que consomem.

Existem várias formas de poupar energia e de reduzir as emissões provenientes dos edifícios. A Comissão considera que estas emissões podem ser reduzidas em cerca de 90% até 2050. A legislação relativa ao desempenho energético dos edifícios estabelece que as novas construções deverão consumir zero energia em termos líquidos a partir de 2021, o que significa que terão de produzir tanta energia como a que utilizam.

O processo já foi iniciado e muitos Estados-Membros já aplicam regras energéticas mais rigorosas. Desde 2012,

todos os concursos públicos nacionais de aquisições têm de incluir requisitos de eficiência energética para os edifícios e os serviços.

Agricultura, florestas e utilização dos solos

As florestas e as terras agrícolas desempenham um importante papel na luta contra as alterações climáticas. As árvores e as plantas absorvem e armazenam dióxido de carbono, retirando-o da atmosfera. Em termos gerais, estima-se que a silvicultura e a agricultura na UE eliminem da atmosfera uma quantidade de carbono equivalente a cerca de 9% das emissões totais de gases com efeito de estufa produzidas por outros setores.

Por outro lado, atividades agrícolas como o abate de árvores, as colheitas, a drenagem de zonas húmidas e o arroteamento de prados reduzem o processo de absorção de carbono ou chegam mesmo a invertê-lo, transformando as florestas e a agricultura em potenciais fontes de emissão.

Por conseguinte, em 2013 foi adotada legislação que obriga os Estados-Membros a calcular anualmente a quantidade de carbono absorvida pelas suas florestas e solos agrícolas, bem como a quantidade emitida. Trata-se de um primeiro passo para a integração da temática da utilização dos solos na estratégia da UE de redução das emissões. O Conselho Europeu foi mais longe, convidando a Comissão Europeia, em outubro de 2014, a adotar propostas legislativas sobre a integração da problemática do uso dos solos no quadro da UE em matéria de atenuação dos efeitos das alterações climáticas.

Para além de medidas dentro das suas próprias fronteiras, a UE fornece assistência com vista a reduzir a desflorestação nos países em desenvolvimento. Este apoio financeiro complementa o processo de negociação no âmbito da Convenção da ONU sobre as alterações climáticas conhecido como REDD+ (redução



© iStockphoto/Brasil2

A desflorestação contribui para as alterações climáticas.

das emissões provocadas pela desflorestação e pela degradação florestal), ao abrigo do qual está a ser elaborada uma série de normas internacionais para resolver este problema.

Captar as emissões industriais

As tecnologias de captura e armazenagem do carbono permitem captar CO₂ resultante de centrais elétricas e de processos industriais e, posteriormente, transportá-lo em estado líquido e injetá-lo em formações geológicas subterrâneas das quais não poderá escapar. A UE adotou um quadro regulamentar para minimizar os riscos ambientais e em matéria de segurança decorrentes de tal prática.

Integrar as questões climáticas noutras políticas

Cada vez mais, as políticas europeias relevantes, nomeadamente as políticas de desenvolvimento regional, agricultura, pesca e energia, devem ter em conta as ações de adaptação e atenuação das alterações climáticas. Os dirigentes da UE acordaram em afetar, pelo menos, 20% do orçamento da UE para 2014-2020 às medidas relacionadas com o clima.

Ajudar os países em desenvolvimento

Os países em desenvolvimento, especialmente os mais pobres e mais vulneráveis, necessitam de uma importante ajuda financeira para reduzirem as suas emissões de gases com efeito de estufa e adaptarem-se às consequências das alterações climáticas.

A UE é o maior doador de ajuda pública ao desenvolvimento e a principal fonte de financiamento da luta contra as alterações climáticas. Na Conferência de Doha de 2012 sobre as Alterações Climáticas, a UE e vários Estados-Membros anunciaram contribuições voluntárias para financiar a luta contra as alterações climáticas nos países em desenvolvimento no valor

de 5,5 mil milhões de euros, provenientes das suas respetivas dotações financeiras em 2013.

A UE e os seus Estados-Membros estão empenhados em prosseguir esta assistência financeira e tencionam contribuir com a sua quota-parte para o financiamento dos 100 mil milhões de dólares que os países desenvolvidos prometeram mobilizar anualmente até 2020. Parte deste montante será canalizada através de um novo fundo para o clima.

A UE tenciona autorizar até 14 mil milhões de euros em subvenções provenientes do orçamento da UE e do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) em 2014-2020, para apoiar a luta contra as alterações climáticas nos países terceiros, em conformidade com o objetivo de investir, pelo menos, 20% do orçamento da UE em medidas relacionadas com o clima no período de 2014-2020.

LIFE — Investir na ação climática, investir no LIFE

Desde 1992, o instrumento financeiro LIFE cofinanciou, com êxito, 4 000 projetos, contribuindo com 3,4 milhões de euros para a proteção do ambiente e do clima na Europa.

O novo subprograma LIFE dedicado à ação climática atribuirá, entre 2014 e 2020 864 milhões de euros, a título de cofinanciamento, para desenvolver e pôr em prática respostas inovadoras aos desafios das alterações climáticas.

O subprograma LIFE Ação Climática visa contribuir para a transição para uma economia hipocarbónica e resistente às alterações climáticas, melhorar o desenvolvimento, execução e aplicação da política e da legislação europeias em matéria de alterações climáticas e apoiar a melhoria da governação ambiental e climática a todos os níveis.

Estão disponíveis vários tipos de financiamento. As entidades públicas, organizações sem fins lucrativos e agentes privados, especialmente as pequenas e médias empresas, serão apoiados na aplicação de tecnologias de adaptação e baixo nível de emissões a pequena escala e novos métodos e abordagens, através de convites anuais à apresentação de propostas.

O financiamento é canalizado através de dois instrumentos financeiros piloto, o mecanismo de financiamento do capital natural (NCFF) e o financiamento privado para a eficiência energética (PF 4EE). Estes instrumentos oferecem a possibilidade de financiar projetos através de empréstimos e são capazes de exercer um efeito de alavanca dos fundos privados graças a regimes de garantia via Banco Europeu de Investimento e bancos locais.



Mesmo o simples ato de passar a utilizar lâmpadas elétricas de baixo consumo energético pode fazer a diferença.

Perspetivas

Uma das prioridades políticas da Comissão Europeia é a criação de uma união energética juntamente com a instauração de uma política em matéria de alterações climáticas. A Comissão Europeia ajudará a UE a alcançar o seu objetivo de se tornar líder mundial no domínio das energias renováveis e aumentará significativamente a eficiência energética para explorar o crescimento verde.

Na última década, tanto a UE como a comunidade internacional realizaram progressos consideráveis na luta contra as alterações climáticas. No entanto, para que o aquecimento planetário não exceda o limiar dos 2 °C, é necessário assegurar que as emissões mundiais param de aumentar muito antes de 2020 e que depois dessa data são reduzidas drasticamente todos os anos. É por esse motivo que a UE pretende que em 2015 seja acordado um Tratado internacional ambicioso e juridicamente vinculativo ao abrigo do qual os países assumam compromissos que reflitam a sua responsabilidade e capacidade de agir.

A Cimeira da ONU de líderes mundiais de setembro de 2014 deu um impulso político aos trabalhos sobre o novo Tratado e às modalidades de obter uma redução mais ambiciosa das emissões em todo o mundo antes de 2020.

A Agência Internacional da Energia chamou a atenção para a urgência que assume o cumprimento deste objetivo, salientando reiteradamente que, em cada ano que passa, se torna mais difícil e dispendioso manter o aquecimento planetário abaixo dos 2°C. Cada euro não investido em tecnologias mais limpas até 2020 custará cerca de quatro vezes mais depois dessa data.

Rumo a 2020...

A UE tem atualmente boas possibilidades de vir a superar o seu objetivo de redução das emissões em 20% até ao final da década, graças à sua estratégia 2020, à legislação já aprovada e às novas medidas atualmente em preparação.

A existência de valores mais rigorosos para as emissões de CO₂ dos automóveis de passageiros e dos veículos comerciais ligeiros, reforçam a contribuição do setor dos transportes para a luta contra as alterações climáticas.

Entre as medidas em preparação figura uma redução suplementar das emissões de gases fluorados com efeito de estufa utilizados nos sistemas de refrigeração e de ar condicionado, cujo efeito de aquecimento é até 23 000 vezes superior ao do CO₂. Um novo regulamento da UE, aplicável a partir de janeiro de 2015, reforça as medidas existentes. Até 2030, a UE deverá reduzir as emissões de gases fluorados em dois terços, em comparação com o nível atual.

... tendo como horizonte 2030

O ano de 2030 constitui a próxima etapa na transição para uma economia europeia hipocarbónica competitiva até meados do século. A fim de alcançar a meta global de 40%, os setores abrangidos pelo regime de comércio de licenças de emissão da UE (RCLE UE) terão de reduzir as suas emissões em 43% em relação aos níveis de 2005. As emissões dos setores não abrangidos pelo RCLE-UE teriam de obter uma redução de 30% em relação ao nível de 2005. Esta questão deve ser contemplada nos objetivos dos Estados-Membros. O Conselho Europeu de outubro de 2014 definiu os princípios fundamentais para alcançar este objetivo.

Reformar o regime de comércio de licenças de emissão da UE (RCLE-UE)

Em janeiro de 2014, a Comissão Europeia propôs a criação de uma reserva de estabilização do mercado a partir de 2021. O objetivo é resolver o problema do excedente de licenças de emissão no RCLE-UE, que tem vindo a acumular-se nos últimos anos e aumentar igualmente a resistência do sistema a grandes choques. Tal permitirá assegurar que, no futuro, o RCLE da UE seja mais sólido e eficaz na promoção de investimentos hipocarbónicos a menor custo para a sociedade.

Na sua reunião de outubro de 2014, o Conselho Europeu sublinhou que o bom funcionamento do RCLE reformado, como instrumento de estabilização do mercado, em consonância com a proposta da Comissão, será o principal instrumento para alcançar a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Sair da crise reduzindo as emissões de carbono

O ano de 2030 pode parecer muito longínquo, tanto mais que, atualmente, a Europa tem de fazer face a problemas mais imediatos, como o fraco crescimento económico e o desemprego. Todavia, acelerar a transição para uma economia hipocarbónica e respeitadora do ambiente pode contribuir para ajudar a Europa a sair da crise económica. É, por conseguinte, imperativo agir o mais rapidamente possível.

O público também espera uma intervenção. Uma sondagem à opinião pública, realizada para a Comissão Europeia em 2013, revelou um forte apoio à ação climática: quatro em cada cinco europeus reconhecem que a luta contra as alterações climáticas e a utilização mais eficaz da energia podem impulsionar a economia e o emprego e nove em cada dez consideram as alterações climáticas um problema grave.

Mais informações

- ▶ **Sítio web sobre as atividades da Comissão Europeia no domínio do clima:** <http://ec.europa.eu/clima>
http://ec.europa.eu/clima/citizens/causes/index_en.htm: disponível em todas as línguas da UE
- ▶ **Atividades da Comissão Europeia no domínio do clima nas redes sociais:**
<https://www.facebook.com/EUClimateAction>
<https://twitter.com/EUClimateAction>
<https://www.youtube.com/user/EUClimateAction>
- ▶ **Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas:** <http://www.ipcc.ch>
- ▶ **Perguntas sobre a União Europeia? O serviço Europe Direct pode ajudá-lo:** 00 800 6 7 8 9 10 11 —
<http://europedirect.europa.eu>

